

CONTRIBUIÇÕES DOS NOVOS ESTUDOS DO LETRAMENTO PARA ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS

Zislene Santos Bahia¹

Resumo: O presente artigo surge da insatisfação com os resultados obtidos na alfabetização de adultos da escola pública de uma comunidade de periferia. O letramento tem sido pesquisado por muitas e diferentes teorias e teóricos por muitos anos e mais recentemente, o foco desses estudos tem se transportado da mente do indivíduo para a prática social na qual os indivíduos participam, ou seja, práticas de leitura e escrita em diferentes contextos sejam educacionais ou sociais. Este artigo se propõe a identificar as contribuições dos chamados “Novos Estudos do Letramento”, para a alfabetização de adultos. Portanto, a primeira razão que justificaria esse estudo é a necessidade de se aprofundar nos estudos sobre letramento e suas variadas nuances e identificar contribuições dessa ideologia (doravante NLS – New Literacy Studies). Esse contexto foi discutido a partir das abordagens de autores como STREET, KLEIMAN, SOARES, entre outros, que ofereceram bases valiosas para quem quer se enveredar pelos caminhos da educação da Educação pública. Os Novos Estudos do Letramento é um campo teórico que pode contribuir, através dos seus fundamentos, para a práxis pedagógica daqueles envolvidos com o ensino de Jovens e Adultos.

Palavras-chave: Letramento. Novos Estudos do Letramento. Contribuições. Alfabetização de Jovens e Adultos

CONTRIBUTIONS OF NEW LITERACY STUDIES FOR ADULT LITERACY

Abstract: The present article arises from the dissatisfaction with the results obtained in adult literacy in

the public school of a peripheral community. Literacy has been researched by many different theories and theorists for many years and more recently, the focus of these studies has moved from the individual's mind to the social practice in which individuals participate, ie, reading and writing practices in different contexts are educational or social. This article aims to identify the contributions of the so — called "New Literacy Studies", for adult literacy. Therefore, the first reason that justifies this study is the need to delve into literacy studies and their various nuances and to identify contributions of this ideology (NLS — New Literacy Studies). This context was discussed from the approaches of authors such as KLEIMAN, (1984, 2001, 2003, 2004), SOARES (2001, 2006), (2004) who provided valuable bases for those who go through the paths of public education education. The New Studies of Literature is a theoretical field that can contribute, through its foundations, to the pedagogical praxis of those involved with teaching young people and adults.

Keywords: Literacy. New Studies in Literature. Contributions. Literacy for youth and adults

Introdução

O presente trabalho resulta do amadurecimento de alguns questionamentos vividos desde o início da vida profissional como docente do ensino fundamental, no município de Alagoinhas. Da inquietação, acerca dos resultados insatisfatórios da alfabetização, na caminhada como professora, e mais tarde como coordenadora pedagógica da Rede Pública Estadual, no contato com alunos, nas queixas dos docentes, nas queixas dos pais, e no momento do conselho de classe. O padrão de letramento autônomo, tão bem descrito por

Street, como aqueles trabalhados nas escolas (STREET 2014), não são eficientes para desenvolver a habilidade leitora, e escritora, necessárias para o desenvolvimento intelectual e social dos estudantes.

Mais tarde, surge a oportunidade de trabalhar com estudantes adultos, de uma escola pública situada em uma comunidade de baixo poder aquisitivo/e, ou risco social que carregam estereótipo de iletrados. O trabalho com a docência oportunizou a reflexão sobre como seria desenvolvida as habilidades de leitura desses estudantes fora da escola, ou seja, no mundo letrado. O resultado muitas vezes insatisfatório incomodava. De acordo com Soares (2003, p. 47): “[...] teríamos que alfabetizar e letrar como duas ações distintas, mas não inseparáveis, ao contrário: o ideal seria alfabetizar letrando, ou seja: ensinar a ler e a escrever no contexto das práticas sociais da leitura e da escrita.”

A autora Kleiman (2005, p. 10), ressalta que “[...] as práticas de letramento são aspectos não apenas da cultura, mas também das estruturas de poder numa sociedade”.

O letramento tem sido pesquisado por muitas e diferentes teorias e teóricos por muitos anos e mais recentemente, o foco desses estudos tem se transportado da mente do indivíduo para a prática social na qual os indivíduos participam, ou seja, praticam de leitura e escrita em diferentes contextos sejam educacionais ou sociais. Este artigo se propõe a identificar as contribuições dos chamados “Novos Estudos do Letramento”, para a alfabetização de adultos. Portanto, a primeira razão que justificaria esse estudo é a necessidade de se aprofundar nos estudos sobre letramento e suas variadas

nuances e identificar contribuições dessa ideologia (doravante NLS – New LiteracyStudies).

No que se refere, à contribuição deste trabalho, é relevante salientar que os estudos sobre o letramento, desenvolvidos sob as várias perspectivas de análise, sobretudo, do ponto de vista dos Novos Estudos do Letramento, e, examinados sob as diversas concepções, constituem um poderoso meio de conhecimento teórico. Esse estudo poderá dar sustentação à prática pedagógica dos professores que trabalham na referida comunidade, ou em qualquer outra. Além de contribuir para o desenvolvimento das metodologias, no que se refere à leitura, e a escrita de alunos estudantes excluídos, e marginalizados por sua condição social, bem como para outros membros da comunidade, sejam mulheres, homens ou crianças.

Os novos estudos do letramento

Os Novos Estudos do Letramento eclodiram no mesmo período, ao final dos anos 1970 e 1980, nos Estados Unidos, Brasil e Reino Unido. A denominação foi evidenciada por Gee (1991 apud STREET, 2003), eram estudos que focavam muito mais o lado social do letramento do que seu lado cognitivo (STREET, 2003, p. 77). Portanto, a palavra “novo”, que aparece ligada aos estudos do letramento, se refere basicamente a uma mudança de paradigma, que retira de foco a mente do indivíduo, e passa a considerar leitura e escrita a partir do contexto das práticas sociais e culturais. “Anteriormente, o foco de boa parte da pesquisa acadêmica incidia

sobre consequências cognitivas da aquisição de letramento” (STREET, p. 17, 2014).

O surgimento dos Novos Estudos do Letramento teve uma estreita ligação com críticas aos baixos resultados de campanhas de alfabetização de adultos empreendidas em países pobres nas décadas de 1960 e 1970, por um lado e, por outro, o desenvolvimento de estudos acadêmicos sobre os impactos psicossociais do letramento. Portanto, os novos estudos surgiram em oposição à visão tradicional, então dominante, de que letramento é um conjunto de habilidades cognitivas ou psicológicas que as pessoas possuem, e que podem ser ensinadas de maneira neutra em contextos formais ou informais de ensino. Diante desta realidade é percebido pelos novos estudos, o letramento como fenômeno cultural complexo.

A origem das críticas à visão tradicional é dirigida a pensadores que tinham seus fundamentos em pesquisas de cunho etnográfico sobre usos de leitura e escrita em contextos práticos, que tinha seu foco nas relações discursivas, de opressão e resistência entre grupos dominantes e dominados (KLEIMAN, 2001). Essa abordagem do letramento, denominada como New Studies of Literacy (STREET, 2001), questiona os supostos benefícios que programas de alfabetização de cunho escolar podem trazer, apontando as estratégias que indivíduos pouco letrados desenvolvem para encarar demandas de seu ambiente de vivência.

Segundo Street (2006), estar envolvido em práticas de letramento significa que o sujeito está envolto em práticas sociais, nas quais são levados em consideração os aspectos

sociais, políticos, econômicos, culturais e também a história de vida do sujeito, ou seja, aspectos que constituem a formação desse sujeito. A prática dos letramentos, na perspectiva de uma teoria social, representa um conjunto de práticas sociais capazes de serem realizadas pelas pessoas em um contexto de poder e ideologia, e não como uma habilidade neutra. Segundo Gee (1999), deve ser considerado o contexto em que o sujeito está inserido, assim como as formas de falar, ouvir, ler, escrever, agir, interagir, acreditar, valorizar e sentir que se tornam visíveis pelos Discursos, com D maiúsculo e no plural (GEE, 1999, FISCHER, 2007).

No Brasil a discussão do letramento mostrou-se sempre preso ao conceito de alfabetização, o que permitiu a uma má interpretação e inapropriada utilização dos dois conceitos com o mesmo propósito, ou a prevalência do letramento, o que permitiu uma desvalorização da alfabetização. A divergência entre a função do letramento e alfabetização promoveu uma visão limitada do termo letramento, o que acabou contribuindo para o surgimento de pensadores interessados em desenvolver estudos sobre leitura e escrita sob uma perspectiva vinculada ao processo sociológico e sociocultural: o grupo dos “Novos Estudos do Letramento”. Essa perspectiva de estudos do letramento teria sido inaugurada por Street (1984) e, sob a sua ótica, a leitura e a escrita são práticas diversificadas para contextos e objetivos específicos. Portanto ressalta Street que:

Recentemente, porém a tendência tem sido no rumo de uma consideração mais ampla do letramento como uma prática social e numa perspectiva transcultural. Dentro desta perspectiva, uma mudança importante foi a rejeição por vários autores

da visão dominante de letramento como uma habilidade 'neutra', técnica, e a conceptualização do letramento, ao contrário, como uma prática ideológica, envolvida em relações de poder incrustada em significados e práticas culturais específicos que tenho descrito como 'Novos Letramentos' [...] (STREET, p. 17, 2014).

Sendo assim, não se concebe, a partir de então, falar em um único tipo de letramento, mas sim em "letramentoS", ou, ainda, letramentos múltiplos. Portanto, no Brasil assumiram a coexistência de letramentos diversos, cujos propósitos são definidos e associam-se a diferentes domínios sociais. Desse modo, especialmente a partir dos anos 80, os Novos Estudos do Letramento salientaram uma visão de leitura e de escrita como práticas sociais historicamente situadas.

Vários estudiosos Street, (1984); Kleiman, (1995); Barton; Hamilton, (2000); entre outros) buscaram evidenciar que todas as práticas de letramento são consequências da cultura e das estruturas de poder da sociedade da qual o indivíduo faz parte. Por isso, elas se modificam ou se transformam segundo o contexto em que se desenvolvem. Foi por meio de estudos de cunho etnográfico, em diferentes níveis, que os NLS elaboraram concepções de letramento autônomo e letramento ideológico (STREET, 2003, p. 77), também termos-chave para esse campo teórico autônomo e letramento ideológico (STREET, 2003, p. 77).

Com a consolidação do termo "letramento", no Brasil Kleiman(2001), a partir de uma abordagem que privilegia as práticas sociais, o termo passou a receber influência de pensadores ingleses e também franceses, principalmente nos enfoques da história e da sociologia (CHARTIER & HÉBRARD,

2000). Nessa perspectiva há críticas aos discursos que reafirmam os benefícios da leitura e de valorização da cultura letrada como dispositivo que diferencia as classes. As referidas críticas têm fundamento em trabalhos acadêmicos, documentos oficiais e materiais de imprensa, Lahire (1999) analisa o chamado “mito do iletrismo”, incriminando o caráter ideológico e discriminatório dos discursos alarmistas que reduzem as diferenças quanto aos usos da leitura e da escrita de diferentes grupos sociais a uma questão de incapacidade não só cognitiva mas também moral e social.

Alfabetização de adultos no Brasil: breve relato

A Educação de Jovens e Adultos passou por muitas etapas e também vem enfrentando vários problemas, desde que foi implantada. As aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica), ênfase da política pombalina, eram designadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses (brancos e masculinos), excluindo-se assim as populações negras e indígenas. Desde o período do Brasil colônia, é percebida uma alfabetização que tinha um cunho específico direcionado aos pequenos (branco e masculinos), como se o adulto não tivesse mais a chance de voltar às salas de aula e resgatar a educação que deixou para trás. Assim sendo, durante muito tempo se acreditou que a eliminação do analfabetismo se limitava apenas em proporcionar uma educação de qualidade para as crianças, sem incluir o adulto não alfabetizado.

Porém, a ideia da pessoa analfabeta como sujeito dependente tomou força com o período que preconizava a República. No século XIX, o analfabeto além de ser considerado dependente do Estado era visto como incompetente. Prova disso foi a Reforma Leôncio de Carvalho e posteriormente em 1881, a Lei Saraiva que restringia o voto às pessoas alfabetizadas. Em declaração, no ano de 1882, Rui Barbosa, afirmou que “os analfabetos são considerados, assim, como crianças, incapazes de pensar por si próprios”. A partir dessa concepção, em torno do sujeito que não tinha o conhecimento formal da leitura e da escrita, foi sendo construída a constituição republicana em 1891.

A discriminação e exclusão foram ampliadas com a decisão do voto ser restrito apenas às pessoas letradas e com posses, uma pequena minoria na época. Dessa forma ficaram instaladas oficialmente a discriminação e exclusão da pessoa analfabeta.

No século XX, a elite e o governo atribuiu a responsabilidade pelo subdesenvolvimento do Brasil, o grande número de analfabetos. A partir dessa constatação aconteceu uma grande mobilização social em prol de mudar essa realidade. Em 1915 foi criada a Liga Brasileira contra o Analfabetismo que pretendia lutar contra a ignorância para estabilizar a grandeza das instituições republicanas. Na Associação Brasileira de Educação (ABE), as discussões giravam em torno de uma luta contra esta calamidade pública que tinha se instalado. O fim da década de 50 e início da década de 60 foram marcados por uma grande mobilização social em torno da educação de adultos. Portanto, nesse período aconteceram

muitas ações em favor da erradicação do analfabetismo. Falar sobre educação de jovens e adultos, nas rodas políticas, estava em alta.

Entre os movimentos que se surgiram com o propósito de combater o analfabetismo, no início da década de 90, destaca-se o Movimento de Alfabetização (Mova), que procurava trabalhar a alfabetização a partir do contexto socioeconômico dos sujeitos que não eram alfabetizados, tornando-os coparticipantes de seu processo de aprendizagem. Após esse período, surge em 1996, um programa nacional de alfabetização promovido pelo governo federal de nome Alfabetização Solidária (PAS). O Programa recebeu muitas críticas por se utilizar dos métodos das campanhas das décadas de 40 e 50.

A partir das críticas feitas a Alfabetização Solidária o governo federal lança o Programa Brasil Alfabetizado, no ano de 2003, que no início tinha característica de mais uma campanha, com ênfase no trabalho voluntário, prevendo erradicar o analfabetismo em 4 anos, tendo uma atuação sobre 20 milhões de pessoas. No entanto, em 2004, com a mudança do Ministro da Educação, o programa foi reformulado, retirando-se a meta de erradicar o analfabetismo de 4 anos e a duração dos projetos de alfabetização foi ampliada em 2 meses, passando de 4 meses para 8 meses. Assim, chega-se ao século XXI com uma alta taxa de pessoas que não têm o domínio sobre a leitura e a escrita.

Apesar dos esforços, a educação de jovens e adultos, ao longo da história do país, evidencia o insuficiente empenho do Estado na promoção de políticas que garantissem o

direito de todos à educação. A luta atual pela EJA vai além da dívida social a ser reparada pelo Estado, mas acontece, principalmente, para afirmá-la como um direito. Percebe-se que a identidade da educação brasileira foi sendo marcada então, pelo elitismo que restringia a educação às classes mais abastadas.

As práticas sociais de leitura e escrita no Brasil tornaram-se há muito tempo um problema de difícil solução. Segundo a última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2007/2014), a cada ano a taxa de analfabetismo de pessoas com quinze anos, ou mais vem diminuindo. A taxa de alfabetização, portanto, considera alfabetizadas as pessoas que declaram saber ler e escrever. Mas sabe-se que muitas pessoas que declaram saber ler e escrever, na realidade, entende que é saber escrever o nome, conhecer letras ou então, decodificar símbolos linguísticos. Um levantamento do Instituto Paulo Montenegro, em parceria com o IBOPE (Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística), chama a atenção para brasileiros que frequentam a escola até oito anos e, mesmo assim, têm dificuldades de entender o que é uma ironia e diferenciar notícia de opinião.

Em geral as escolas não se preocupam com o letramento, como prática social, e sim com o letramento como aquisição da competência leitora, e escritora objetivando apenas a promoção escolar, muito diferente de outro modelo de letramento contido em outros ambientes como: família, igreja, comunidade e outros (KLEIMAN, 1995, p. 20).

A Lei n. 9.394 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, garante, além da

educação regular (Ensino Fundamental e Médio), a Educação de Jovens e Adultos. Em seu capítulo II, artigo 37º, estabelece que “a educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.” No parágrafo 1º define que os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam concluir os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Contudo, na atualidade, esta luta tem como expressão os Fóruns de EJA. Estes se constituem como uma articulação de diversos atores que se propõe discutir temas como: alfabetização, formação de professores, qualificação profissional de jovens e adultos etc. Esta mobilização luta por políticas públicas para a EJA que efetivem o direito à educação independente da idade enunciada na Constituição. Porém é assustador o número de pessoas que lêem um texto simples e não entendem o sentido apresentado pelo autor. Pode-se dizer que essa é uma herança de todo o tratamento que a educação brasileira sofreu ao decorrer de sua história. É lamentável que se reduza a alfabetização à apreensão dos signos sem a apreensão dos significados.

Todos esses projetos e planos visavam o avanço na educação e a erradicação do analfabetismo no Brasil, no entanto, o nível de organização desses planos é surpreendentemente atabalhado. Criavam-se projetos e mais projetos e sem ter, muitas vezes, o tempo necessário para surtir efeito, eram desmantelados ou trocados por outros projetos. Mas o

que se tem que destacar também, com bastante ênfase, é que o movimento de políticas públicas propostas pelos governos no decorrer dos anos, aconteceram por causa de muita pressão tanto internacional, com dos órgãos internacionais como UNESCO e ONU, tanto quanto nacional com os movimentos populares. Não são poucos os movimentos, campanhas, projetos, programas que surgiram a partir de um esforço de algum movimento de base, que além de ensinar os códigos de linguagem procuravam tornar significativo a existência do indivíduo na sociedade através do empoeiramento e do conhecimento.

Os novos letramentos como ferramenta para alfabetização de adultos

Os Novos Letramentos contribuem para que educadores, sobretudo aqueles que têm um trabalho voltado para adultos, não alfabetizados e que se preocupam com o futuro desses estudantes, percebam os equívocos históricos sobre o ensino voltado para esse público. Para Street (2004, p. 146) “grande parte das ideias sobre letramento com “L” maiúsculo e no singular era uma coisa autônoma que tinha consequências para o desenvolvimento pessoal e social . O modelo autônomo de letramento tem sido um aspecto dominante da teoria educacional e desenvolvimental”. Nessa perspectiva a contribuição vem através da reflexão sobre a práxis pedagógica, até então ineficiente para atender aos adultos não alfabetizados.

Os Novos Estudos do Letramento(NEL) influencia a certos debates que ocorrem no campo educacional a cerca do papel do letramento e da educação, critica o paradigma do letramento autônomo , critica a não-problematização da condição de dependência e subalternidade da pessoa iletrada que, apesar das dificuldades na escola, participa de práticas sociais letradas fora dos seus muros. Portanto, “precisa-se ser capazes de indicar que a noção de um letramento com “L” maiúsculo e singular é somente a visão de uma subcultura e que existem variedades de práticas letradas” (STREET, 2004, p. 147).

É importante ressaltar as implicações trazidas por esse movimento. Os Novos Estudos do Letramentos valorizam o desempenho dos indivíduos no seu contexto, mas isso não quer dizer, que não deixem de reconhecer a importância dos sujeitos se prepararem para ir além, ultrapassar o desafio e conseguirem ler e escrever.

Outra contribuição importante é a crítica a discriminação quanto este é visto como uma habilidade cognitiva individual que pode ser aprendida de forma isolada e neutra. Justamente nesse ponto os NEL, trazem a noção de letramentos dominantes , em oposição a letramentos marginalizados. Strep (2004, p. 146) afirma que “O modelo autônomo de letramento tem sido um aspecto dominante da teoria educacional e desenvolvimental”. No entanto, chama a atenção para as implicações desse modelo com relações de poder:

Uma das razões por que desejo chamar sua contrapartida de ideológica é precisamente para assinalar que não estamos simplesmente falando de

aspectos técnicos de processo escrito ou do processo oral. Estamos falando, sim, é de modelos e pressupostos correntes sobre os processos de leitura e escrita, que estão sempre encaixados em relações de poder (STREEP, 2004, p. 146).

Outra importante contribuição trazida pelos NEL é considerar as características dos contextos socioculturais nos quais as práticas educativas se realizam para que se possa promover o letramento dos grupos subalternos de forma produtiva e duradoura. Nesse caso, é necessário entender que existe um modelo autônomo e que este é dominante no currículo, na pedagogia e que muitas vezes reafirma-se esse modelo nas instituições de ensino que promovem Educação de Jovens e Adultos.

Os NEL contribuem no sentido de “Ensinar a conscientização desses conflitos e os modos como às práticas letradas são lugares de disputa ideológica” (STREET, 2004, p. 150). O educador das turmas de EJA, a partir dos NEL, irá perceber que muitas das metodologias e instrumentos avaliativos utilizados por ele e na sua instituição são limitados e limitantes como meio para medir as habilidades de leitura do adulto não alfabetizado. Os novos letramentos abarcam uma noção de linguagem como prática social e a compreensão de que é necessário proporcionar o desenvolvimento do senso crítico dos cidadãos/alunos, permitindo questionar, analisar e contestar as relações de poder existentes, com vistas a provocar mudança social.

Os NEL contribuem para alfabetizadores quando os pensadores dessa linha criticam a concepção de letramento como habilidade funcional, ou seja, “o letramento é conside-

rado como responsável por produzir resultados importantes: desenvolvimento cognitivo e econômico, mobilidade social, progresso profissional, cidadania” (SOARES, 1998, p. 74).

É importante considerar, a partir dessa nova visão, que o letramento pode ser tomado como um ponto de diferenciação entre indivíduos se for considerado a partir de pontos de vista tradicionais, ou seja, quando é visto como uma habilidade cognitiva individual que pode ser aprendida de forma isolada e neutra. É nesse sentido que, a partir de metodologias do letramento tradicional, o adulto não alfabetizado é levado a discriminação, ou seja, há na cultura escolar, a crença na capacidade daqueles mais novos (crianças, jovens) em oposição ao crescimento ou aprendizagem do adulto. Portanto, a consequência do pensamento conservador do letramento é não acreditar na capacidade intelectual dos indivíduos, em relação aos indivíduos de culturas letradas. “Na função social domina a função lógica” (STREET, 1984, p. 20), mas para isso necessita de apoio concreto na realidade, como nas interações face a face em que o falante modifica suas proposições de acordo com as reações.

A partir dos ensinamentos trazidos pelos Novos Estudos do Letramento, educadores têm claramente a maneira marginalização da linguagem oral e a supervalorização que se esta habituados a dar a linguagem escrita formal e dominante. O argumento usado, até então, é que “membros de sociedades letradas tem a possibilidade de desenvolver funções lógicas, de se especializar nas ‘funções reais’ da linguagem e de se distanciar do aqui e agora da vida social diária,” como explica Street (1984, p. 20). Como os estudantes da EJA não fazem parte de sociedades letradas, portanto, não

teriam a possibilidade de adquirir, através da escolarização e do letramento, hábitos abstratos de pensamento. Portanto, esses sujeitos com a capacidade intelectual diminuída, estariam fadados ao fracasso.

O letramento, assim, seria responsável por diferenças cognitivas significativas entre as sociedades letradas e as sociedades não letradas. STREET (1984), no entanto, trás um novo olhar combatendo os argumentos e afirmando que esse letramento estaria promovendo uma nova versão da chamada 'great divide', ou seja, a divisão clássica das sociedades em termos de critérios como lógicas e pré-lógicas, primitivas e modernas e concretas e científicas, para acrescentar um novo critério: letradas/pré-letradas. Argumenta que há evidência da existência de pensamento científico e não-científico em todas as sociedades e em todos os indivíduos [e que] representações de inferioridade cognitiva [nas culturas orais] são fundamentadas na incompreensão dos significados reais da fala e das ações das pessoas, e em pressuposições etnocêntricas sobre as maneiras como a lógica pode ser reconhecida (STREET, 1984, p. 26).

Contrapondo os argumentos dos defensores do modelo autônomo do letramento, Street (1984, p. 26) afirma que apenas "o fato de falar uma língua já é por si empregar abstração e lógica". Pondera que a ideia de que o letramento promove o desenvolvimento das funções lógicas da linguagem não pode ser tomada de forma absoluta, já que "as consequências [do letramento] dependem do papel social, das funções e dos significados de suas práticas" (STREET, 1984, p. 41).

O modelo autônomo, como discutido, defende que certas habilidades tidas como “corretas” são necessárias para que o indivíduo atinja maior desenvolvimento cognitivo e econômico, progresso profissional e, conseqüentemente, mobilidade social. São essas habilidades que devem ser ensinadas através do letramento. Trazendo essas ideias para o ensino da EJA, pode-se dizer que, tradicionalmente, várias abordagens de ensino já foram usadas na história para erradicar ao analfabetismo e que identificam com o modelo autônomo descrito por Street (1984). No entanto percebe-se ainda um grande número de pessoas não alfabetizadas. No entanto, a repetição mecânica de letras para alfabetizar é uma realidade. Essa abordagem continua a ser usada ainda hoje em muitos contextos de ensino. Soares (1998, p. 74) contribui quando enfatiza o letramento como “formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais”.

Considerações finais

O letramento, é constituído em práticas sociais e ideológicas e, por essa razão, não pode ser tomado como um conjunto estático de habilidades e competências. Assim, a postura que assumo enquanto educadora diante dos ensinamentos dos NEL é a de reflexão sobre aquilo que um campo teórico pode oferecer ao outro e como isso se reflete em ganhos epistemológicos e de prática pedagógica para a compreensão e ensino dos múltiplos letramentos.

Sem dúvidas, os NEL trouxeram contribuições valiosas, e impulsionaram pesquisas sérias e relevantes acerca da edu-

cação dos excluídos, e marginalizados por sua condição social. Entende-se também que essas informações são úteis para que a sociedade, sobretudo educadores, possam analisar e debater com mais fundamentos o real significado social da alfabetização de jovens e adultos e entender que as práticas e eventos de letramento, nos quais estão inseridos esses sujeitos, são significativas para o seu processo de alfabetização e perceber o quanto estão intrincados os processos de alfabetização e letramento para a apropriação do sistema de escrita alfabética pelos alunos da EJA.

As poucas contribuições citados nesse artigo, nem de longe encerram a dimensão desses estudos. Os NEL não estão finalizados, nesse momento descobrem-se em novos rumos, novos aprendizados, novas formas de conceber a linguagem e novas formas de valorizá-las. No entanto, diante de tamanho conhecimento trazido pelos NEL o número de pessoas sem conseguir ler e escrever é alto. Colocam-se a culpa na escola, no docente e principalmente no estudante adulto, portanto, é este campo teórico pode contribuir, através dos seus fundamentos, para a práxis pedagógica daqueles envolvidos com o ensino de adultos de classes populares.

Referências

AGUIAR, R. H. A. *Educação de Adultos no Brasil: políticas de(des)legitimação*. Tese de Doutorado. Orientação Lúcia Mercês de Avelar. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

BARTON, D.; HAMILTON, M. Literacy practices. In: BARTON, D.; HAMILTON, M.; IVANIC, R. (Eds.). *Situated Literacies: Reading and writing in context*. London: Routledge, 2000, p. 7 – 15.

BORDAN, R. & BILKEN, S. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

DI PIERRO, M. C; GRACIANO, M. *A Educação de Jovens e Adultos no Brasil: informe apresentado à oficina regional da UNESCO para América Latina y Caribe*. São Paulo: Ação Educativa – Assessoria, Pesquisa e Informação, 2003.
<<http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/reloreal.pdf>>. Acesso em: 30 ago 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2016. *Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007/2014*. Disponível em: <<http://www.brasilemsintese.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 out 2017.

IBOPE- *Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística*. 2016. Disponível In. <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2016/02/analfabetismo-ainda-atinge-27-dos-brasileiros-e-desafios-sao-grandes.html>> Acesso em: 22 out 2016.

JUNG, N. M. *Identidades sociais na escola: gênero, etnicidade, língua e as práticas de letramento em uma comunidade rural multilíngue*. 2003. Tese (Doutorado em Letras).

KLEIMAN, A. B. *Preciso ensinar o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?* Cefiel – Unicamp. 2005.

KLEIMAN, A. Trajetórias de acesso ao mundo da escrita: relevância das práticas não escolares de letramento para o letramento escolar. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 28, n.2, p. 375-400, 2010.

KLEIMAN, A. Letramento e suas implicações para o ensino de língua materna. *Signo*, Santa Cruz do Sul, v. 32, n. 53, p. 1-25, 2007.

KLEIMAN, A. *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

KLEIMAN, A.(Org.) *Os significados do letramento*. Campinas: Mercado de Letras, 2005.

KLEIMAN, A.(Org.). Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: . (Org.). *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

STREET, B. V. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

STREET, B. *Abordagens Alternativas ao Letramento e Desenvolvimento, Apresentado durante a Teleconferência Unesco Brasil sobre "Letramento e Diversidade"*, 2003. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/street-traduzido.html>>. Acesso em: 20 out. 2016.

STREET, B. *Literacy Educ. Soc.*, Campinas, vol. 23, n. 81, p. 49-70, dez. 2002 Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 03 maio 2018.

STREET, B. Academic literacies approaches to genres? *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, Belo Horizonte, v. 10, n.2, p. 347-361, 2010.

[Recebido: 31 out. 2017 — Aceito: 4 dez. 2018]